

Estado de São Paulo

Este município é associado ao COMAM (Consórcio dos Municípios da Alta Mogiana)



LEI MUNICIPAL N.º 1.780 DE 24 DE JUNHO DE 2015

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício Financeiro de 2016, e dá outras providências.

MIGUEL MARQUES, Prefeito do Município de Cristais Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a CÂMARA MUNICIPAL DE CRISTAIS PAULISTA, APROVOU e ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte LEI:

CAPÍTULO I

- Art. 1° Fica estabelecido para a elaboração dos Orçamentos do Município, relativo ao exercício de 2016 as Diretrizes Gerais de que trata este Capítulo, os princípios estabelecidos na Constituição Federal, no artigo 165, § 2°, da Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, na LC 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e na Lei Orgânica do Município.
- Art. 2 °- Os anexos e demonstrativos previstos na Lei Complementar Federal n.° 101/2000, elaborados nos padrões do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo -TCESP Projeto AUDESP, relativos ao Planejamento das Diretrizes Orçamentárias, integram e incorporam esta Lei, na forma de anexos, conforme incisos seguintes:
- I Demonstrativo da Previsão da Receita
- II Anexo V do Projeto AUDESP/TCESP Descrição dos programas governamentais/ metas/custos
- III Anexo VI do Projeto AUDESP/TCESP Unidades executoras e ações voltadas ao desenvolvimento do programa governamental.
- IV Demonstrativos das Metas:
- 1) Metas Anuais;
- 2) Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;



Estado de São Paulo

Este município é associado ao COMAM (Consórcio dos Municípios da Alta Mogiana)

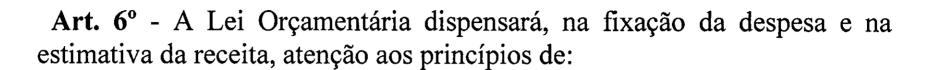


- 3) Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;
- 4) Evolução do Patrimônio Líquido;
- 5) Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- 6) Receitas e despesas previdenciárias do RPPS e projeção atuarial do RPPS;
- 7) Estimativa e compensação de renúncia de receita;
- 8) Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.
- V Demonstrativo dos riscos fiscais e providências.
- Art. 3° A estrutura orçamentária que servirá de base para a elaboração dos orçamentos-programa para os próximos exercícios deverá obedecer à disposição constante dos Anexos, que fazem parte integrante desta Lei.
- Art. 4° As unidades orçamentárias, quando da elaboração de suas propostas parciais, deverão atender a estrutura orçamentária e as determinações emanadas pelos setores competentes da área.
- Art. 5°- A proposta orçamentária, que não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, face à Constituição Federal e à Lei de Responsabilidade Fiscal e disporá sobre reserva de contingência para o atendimento de possíveis contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevisíveis, cujo montante não será superior a 1% da Receita Corrente Líquida.
- § 1° O orçamento fiscal referente aos Poderes Executivo e Legislativo Municipais, seus fundos e entidades das Administrações diretas e indiretas, inclusive fundações mantidas pelo Poder Público Municipal;
- § 2° O orçamento de investimentos das empresas de que o Município, direta ou indiretamente detenha a maioria do capital social com direito a voto, quando couber;
- § 3° O orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades de saúde, previdência e assistência social, quando couber, distribuição gratuita de material de construção conforme lei vigente, distribuição de medicamentos e cestas básicas as famílias carentes;
- § 4° O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo, sua proposta parcial até o dia 26 de setembro, de conformidade com a Emenda Constitucional n. ° 25/2000.



Estado de São Paulo

Este município é associado ao COMAM (Consórcio dos Municípios da Alta Mogiana)



I – Prioridade de investimentos nas áreas sociais, educação e saúde;

II - Austeridade na gestão dos recursos públicos;

III - Modernização na ação governamental;

IV – Princípio do equilíbrio orçamentário, tanto na previsão como na execução orçamentária.

<u>CAPÍTULO II</u> <u>DAS METAS FISCAIS</u>

- Art. 7°- A proposta orçamentária anual atenderá às diretrizes gerais e aos princípios de unidade, universalidade e anualidade, não podendo o montante das despesas fixadas excederem a previsão da receita para o exercício, constante dos anexos metas fiscais.
- Art. 8º As metas e prioridades da administração municipal para o exercício de 2016 foram definidas em compatibilidade com o Plano Plurianual para o período 2010-2017.

Parágrafo Único - Por ocasião da elaboração do projeto de Lei Orçamentária o Poder Executivo fará a revisão do valor das metas físicas constantes do Anexo V, desta Lei, para adequar à estimativa da receita elaborada de conformidade com o artigo 12, da Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 9° - As receitas e as despesas serão estimadas, tomando-se por base o índice de inflação apurado nos últimos doze meses, a tendência e o comportamento a arrecadação municipal mês a mês, tendo em vista principalmente os reflexos dos planos de estabilização econômica editados pelo governo federal.



Estado de São Paulo

Este município é associado ao COMAM (Consórcio dos Municípios da Alta Mogiana)

§ 1º - Na estimativa das receitas deverão ser consideradas, ainda, as modificações da legislação tributária, incumbindo à Administração o seguinte:

CRISTAIS PODE MAI

- I a atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;
- II a edição de uma planta genérica de valores de forma a minimizar a diferença entre as alíquotas e as efetivas.
- III a expansão do número de contribuintes;
- IV a atualização do cadastro imobiliário fiscal.
- § 2º As taxas de polícia administrativa e de serviços públicos deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.
- § 3º Aos tributos, cujo recolhimento poderá ser efetuado em parcelas, serão corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pela UFESP.
- § 4º Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária, e recursos financeiros previstos na programação de desembolso, e a inscrição de Restos a pagar estará limitada ao montante das disponibilidades de caixa, conforme preceito da LRF.
- **Art. 10** O Poder Executivo é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:
- I Realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;
- II Abrir créditos adicionais suplementares até o limite da inflação projetada para o período, utilizando os recursos de anulações de outras dotações;
- III Transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, sem prévia autorização legislativa, nos termos do inciso VI, do art. 167, da Constituição Federal;
- IV Contingenciar parte das dotações, quando a evolução da receita comprometer os resultados previstos.
- Art. 11 Não sendo devolvido o autógrafo de lei orçamentária até o dia 15 do mês de Dezembro de 2015 ao Poder Executivo, fica este autorizado a realizar a proposta orçamentária do exercício de 2016, até a sua aprovação e a remessa pelo Poder Legislativo, na base de 1/12 (um doze avos) cada mês.



Estado de São Paulo

Este município é associado ao COMAM (Consórcio dos Municípios da Alta Mogiana)



Parágrafo Único - Para atender o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo se incumbirá do seguinte:

- I Estabelecer Programação Financeira e o Cronograma de execução manual de desembolso;
- II Publicar até 30 dias após o encerramento do bimestre (em jornal local ou por fixação em local próprio e de acesso ao público, na sede da Prefeitura Municipal, nos termos do artigo 91, § 1º da Lei Orgânica do Município), relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas, e se não atingidas deverá realizar cortes de dotações da Prefeitura e da Câmara;
- III A cada quatro meses, o Poder Executivo emitirá ao final de cada quadrimestre, relatório de Gestão Fiscal, avaliando o cumprimento das Metas Fiscais, em audiência pública, perante a Câmara de Vereadores;
- IV Os Planos, LDO, Orçamentos, prestação de Contas do T.C.E., serão amplamente divulgados, inclusive na Internet e ficará à disposição da comunidade.
- V O desembolso dos recursos financeiros consignados a Câmara Municipal, será feito até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimos, ou de comum acordo entre os Poderes.

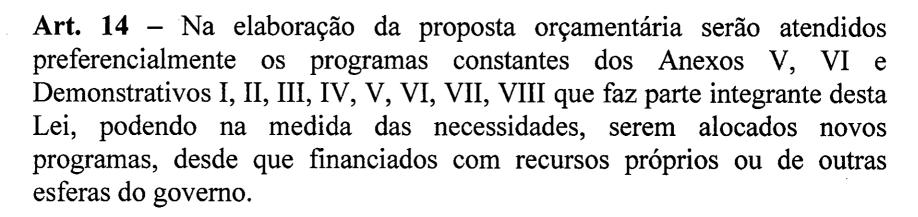
<u>CAPÍTULO III</u> DO ORÇAMENTO FISCAL

- Art. 12 O orçamento fiscal abrangerá os Poderes Executivo e Legislativo, e as entidades das Administrações direta e indireta, e será elaborado de conformidade com a Portaria n. º 42 do Ministério do Orçamento e Gestão.
- Art. 13 As despesas com pessoal e encargos não poderão ter acréscimo real em relação aos créditos correspondentes, e os aumentos para o próximo exercício ficarão condicionados à existência de recursos, com expressa autorização legislativa, e às disposições emitidas no art. 169 da Constituição Federal, e no art. 38 do ato das Disposições Constitucionais Transitórias, não podendo exceder o limite prudencial de 95% de 54%, conforme artigo 22 parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal ao Executivo e 6% ao Legislativo da Receita Corrente Líquida.



Estado de São Paulo

Este município é associado ao COMAM (Consórcio dos Municípios da Alta Mogiana)



CRISTAIS PODE MAI

Art. 15 – As despesas totais com Pessoal não ultrapassará em percentual de Receita Corrente Líquida o limite prudencial, a despesa verificada no exercício anterior, acrescida de até 10%, se esta for inferior aos limites definidos na forma do art. 20 da LRF.

Parágrafo Único – As despesas com serviços de terceiros não poderá exceder o percentual da receita corrente líquida do exercício anterior (art. 72 da LRF).

Art. 16 – O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das receitas resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212 da Constituição Federal e 15% (quinze por cento) dos impostos e transferências constitucionais para a Saúde e Fundo Municipal da Saúde, conforme a EC29/2000.

Art. 17 – A proposta orçamentária, que o Poder Executivo encaminhar ao Poder Legislativo até o dia 30 de setembro, compor-se-á de:

I – Mensagem;

II - Projeto de lei orçamentária.

Art. 18 - Integrarão à lei orçamentária anual:

I – Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções de governo;

II – Sumário geral da receita e despesa, por categorias econômicas;

III - Sumário da receita por fontes, e respectiva legislação;

IV – Quadro das dotações por órgãos do governo e da administração.

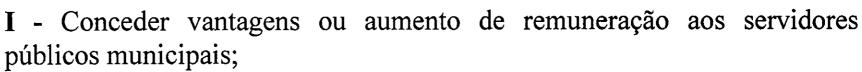
Art. 19 – Os programas constantes nesta L.D. O, constarão nos anexos do Plano Plurianual.

Art. 20 – Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do inciso II, do artigo 169 da Constituição Federal, com a redação dada pela emenda constitucional n. ° 19, mediante prévia autorização legislativa e obedecidos os parâmetros legais:



Estado de São Paulo

Este município é associado ao COMAM (Consórcio dos Municípios da Alta Mogiana)



II - Criar cargos, empregos e funções públicas;

III – Alterar a estrutura de carreira;

IV – Admitir ou contratar pessoal.

- Art. 21 As entidades abaixo relacionadas, sem fins lucrativos, reconhecidas de utilidade públicas nas áreas de saúde, educação e assistência social poderão receber subvenções do governo municipal, através de lei específica:
- Creche Cantinho da Amizade
- Centro Espírita de Cristais Paulista
- Guapuã Esporte Clube
- Clube Hípico de Cristais Paulista
- Grupo de Idoso
- Cristais Futebol Clube
- Associação dos Moradores do Condomínio Água Viva
- Associação Encontro com a Vida
- Associação de Capoeira Desportiva e Cultural Estrela do Bonfim
- Art. 22 O Poder Executivo enviará até 30 de setembro o Projeto de Lei Orçamentária a Câmara Municipal, que o apreciará até o final da Sessão Legislativa, devolvendo-o a seguir para sanção.
- Art. 23 Até o final dos meses de fevereiro, maio e setembro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública convocada pela Comissão de Orçamento, Finanças, Planejamento e Economia, conforme dispõe o § 4°, do art. 9° da Lei Complementar n.º 101/2002.
- Art. 24 Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do artigo 9°, e no inciso II do § 1° do artigo 31, todos da Lei Complementar n. 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, podendo definir percentuais específicos, para o conjunto de projetos, atividades e operações especiais.
- Art. 25 A Lei de Diretrizes Orçamentária alterará automaticamente os anexos da PPA referente ao exercício de 2016.



Estado de São Paulo

Este município é associado ao COMAM (Consórcio dos Municípios da Alta Mogiana)

CRISTAIS PODE MAIS

Art. 26 - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL EM 24 DE JUNHO DE 2015

MIGUEL MARQUES PREFEITO MUNICIPAL